



Coordenação-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho  
e Relacionamento Interinstitucional - CGSAT/DPSSO/SPPS/MPS

# **FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO – FAP**

## **PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES NO MÉTODO DE CÁLCULO**



**PROPOSTAS PARA ALTERAÇÕES DO FAP (vigência 2017):**

1. Cálculo do FAP por estabelecimento (**vigência 2016**)
2. Exclusão dos acidentes de trabalho sem concessão de benefício
3. Exclusão dos acidentes de trajeto
4. Exclusão do bloqueio de bonificação em caso de morte ou de invalidez.
5. Exclusão da redução de 25% do FAP calculado na faixa *malus*
6. Exclusão do bloqueio de bonificação em caso de taxa média de rotatividade maior que 75%
7. Alteração da regra de desempate das empresas no CNAE.



## **1. Cálculo do FAP por Estabelecimento**

Diante dos entendimentos do Superior Tribunal de Justiça – STJ, da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN acerca de que a atribuição do grau de risco e respectiva alíquota do Seguro Acidente do Trabalho – SAT deva ser realizada por estabelecimento, entende-se que o cálculo do FAP também seja por estabelecimento.

A PGFN e a CONJU/MPS já se manifestaram favoravelmente ao cálculo do FAP por estabelecimento.



## **2. Exclusão dos acidentes de trabalho sem concessão de benefícios**

- O FAP flexibiliza a alíquota do SAT, cuja destinação é o financiamento dos benefícios acidentários e da aposentadoria especial.
- Os insumos que devem ser considerados para o cálculo do FAP são os relacionados ao risco previdenciário e não ao risco acidentário.
- O risco acidentário tem um viés muito mais relacionado à legislação trabalhista (Normas Regulamentadoras – NRs) do que à legislação previdenciária ou tributária.
- A inclusão dos acidentes sem concessão de benefícios, implica um cálculo do índice de frequência que não diferencia as empresas que causam acidentes com maior gravidade daquelas que causam com menor gravidade.



### **3. Exclusão dos acidentes de trajeto**

- Como o empregador não possui ingerência sobre a imensa maioria dos acidentes de trajeto, exclusivamente para fins de cálculo do FAP, estes eventos não seriam considerados.
- A inclusão dos acidentes de trajeto no cálculo do FAP não diferencia a acidentalidade de dentro e de fora da empresa.
- A exclusão dos acidentes de trajeto do cálculo do FAP em nada modifica esta espécie acidentária. Estes eventos continuam, nos termos da lei, sendo equiparados a acidentes de trabalho.



#### **4. Exclusão da Bloqueio de Bonificação Morte ou de Invalidez.**

- Aplicar o FAP calculado, sem qualquer bloqueio.
- O bloqueio não é relativizado pelo número de empregados.
- Nos casos de morte ou invalidez, o FAP da empresa já é agravado pela gravidade e pelo custo.



## 5. Exclusão da redução de 25% do FAP calculado na faixa *malus*

- A redução de 25% do FAP calculado na faixa *malus* foi implementada sob a argumentação de que o primeiro ano de vigência do FAP coincidia com o início da vigência da alteração do Anexo V, a partir da qual várias atividades econômicas tiveram o grau de risco e a respectiva alíquota aumentada. Portanto, para que várias empresas não suportassem um suposto grande aumento do SAT a recolher, concedeu-se esse desconto, que em princípio seria apenas para 2010, mas que perdura até a presente data.



## **6. Exclusão do Bloqueio de Bonificação Taxa Média de Rotatividade acima de 75%**

- A regra de rotatividade muita vezes é perversa. Uma vez que a maioria das empresas (75%) possuem poucos empregados (1 a 5), qualquer dispensa tem grande repercussão sobre a rotatividade.
- A regra atual de cálculo de rotatividade não diferencia rescisão por iniciativa do empregado ou do empregador, e tampouco no contrato de trabalho por prazo determinado ou no indeterminado.
- Entende-se que o Governo deva desenvolver políticas e ações para diminuição da rotatividade, mas não no âmbito do cálculo do FAP.





## Coordenação-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho e Relacionamento Interinstitucional - CGSAT/DPSSO/SPPS/MPS

### Códigos de Movimentação GFIP atualmente considerados no cálculo

Cód	Situação	Cód	Situação
H	Rescisão, com justa causa, por iniciativa do empregador;	Q3	Afastamento temporário por motivo de aborto não criminoso;
I1	Rescisão sem justa causa, por iniciativa do empregador, inclusive rescisão antecipada do contrato a termo;	Q4	Afastamento temporário por motivo de licença-maternidade decorrente de adoção ou guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade (120 dias);
I2	Rescisão por culpa recíproca ou força maior;	Q5	Afastamento temporário por motivo de licença-maternidade decorrente de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 1 (um) ano até 4 (quatro) anos de idade (60 dias);
I3	Rescisão por término do contrato a termo;	Q6	Afastamento temporário por motivo de licença-maternidade decorrente de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 4 (quatro) anos até 8 (oito) anos de idade (30 dias);
I4	Rescisão sem justa causa do contrato de trabalho do empregado doméstico, por iniciativa do empregador;	R	Afastamento temporário para prestar serviço militar;
J	Rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do empregado;	S2	Falecimento;
K	Rescisão a pedido do empregado ou por iniciativa do empregador, com justa causa, no caso de empregado não optante, com menos de um ano de serviço;	S3	Falecimento motivado por acidente de trabalho;
L	Outros motivos de rescisão do contrato de trabalho;	U1	Aposentadoria;
M	Mudança de regime estatutário;	U3	Aposentadoria por invalidez;
N1	Transferência de empregado para outro estabelecimento da mesma empresa;	V3	Remuneração de comissão e/ou percentagens devidas após a extinção de contrato de trabalho.
N2	Transferência de empregado para outra empresa que tenha assumido os encargos trabalhistas, sem que tenha havido rescisão de contrato de trabalho;	W	Afastamento temporário para exercício de mandato sindical;
N3	Empregado proveniente de transferência de outro estabelecimento da mesma empresa ou de outra empresa, sem rescisão de contrato de trabalho;	X	Licença sem vencimentos;
O1	Afastamento temporário por motivo de acidente do trabalho, por período superior a 15 dias;	Y	Outros motivos de afastamento temporário;
O2	Novo afastamento temporário em decorrência do mesmo acidente do trabalho;	Z1	Retorno de afastamento temporário por motivo de licença-maternidade;
O3	Afastamento temporário por motivo de acidente do trabalho, por período igual ou inferior a 15 dias;	Z2	Retorno de afastamento temporário por motivo de acidente do trabalho;
P1	Afastamento temporário por motivo de doença, por período superior a 15 dias;	Z3	Retorno de novo afastamento temporário em decorrência do mesmo acidente do trabalho;
P2	Novo afastamento temporário em decorrência da mesma doença, dentro de 60 dias contados da cessação do afastamento anterior;	Z4	Retorno de afastamento temporário por motivo de prestação de serviço militar;
P3	Afastamento temporário por motivo de doença, por período igual ou inferior a 15 dias;	Z5	Outros retornos de afastamento temporário e/ou licença;
Q1	Afastamento temporário por motivo de licença-maternidade (120 dias);	Z6	Retorno de afastamento temporário por motivo de acidente do trabalho, por período igual ou inferior a 15 dias.
Q2	Prorrogação do afastamento temporário por motivo de licença-maternidade;		



Coordenação-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho  
e Relacionamento Interinstitucional - CGSAT/DPSSO/SPPS/MPS

**Códigos de Movimentação GFIP atualmente considerados no cálculo**

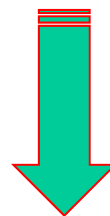
<b>Cód</b>	<b>Situação</b>
H	Rescisão, com justa causa, por iniciativa do empregador;
I1	Rescisão sem justa causa, por iniciativa do empregador, inclusive rescisão antecipada do contrato a termo;
I2	Rescisão por culpa recíproca ou força maior;
I3	Rescisão por término do contrato a termo;
I4	Rescisão sem justa causa do contrato de trabalho do empregado doméstico, por iniciativa do empregador;
J	Rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do empregado;
K	Rescisão a pedido do empregado ou por iniciativa do empregador, com justa causa, no caso de empregado não optante, com menos de um ano de serviço;
L	Outros motivos de rescisão do contrato de trabalho;



## 7. Alteração da regra de desempate das empresas no CNAE

- Atualmente a regra de desempate estabelece que o posicionamento das empresas do mesmo CNAE empatadas na mesma posição (Norem empatado) será a posição média das posições empatadas.
- Exemplo de uma CNAE com 300 empresas, das quais 07 estão empatadas na posição 200º. Após o desempate, todas as sete empresas empatadas ficarão na posição 203º (Norem empatado).

1º	2º	3º	4º	5º	.....	199º	200º							207º	208º	.....	300º
G	W	Y	AA	BW	EL	C	T	DR	LG	GW	KN	FT	CE	CA	BD	AV	N



1º	2º	3º	4º	5º	.....	199º	203º							207º	208º	.....	300º
G	W	Y	AA	BW	EL	C	T	DR	LG	GW	KN	FT	CE	CA	BD	AV	N



## 7. Alteração da regra de desempate das empresas no CNAE

Proposta dos empregadores:

Regra de enfileiramento considerará posições ao invés de números de estabelecimentos. Ou seja, considerar-se-á na mesma posição os índices que apresentarem o mesmo resultado.

1º	2º	3º	4º	5º	.....	199º	200º							207º	208º	.....	300º
G	W	Y	AA	BW	EL	C	T	DR	LG	GW	KN	FT	CE	CA	BD	AV	N

Regra atual

1º	2º	3º	4º	5º	.....	199º	203º							207º	208º	.....	300º
G	W	Y	AA	BW	EL	C	T	DR	LG	GW	KN	FT	CE	CA	BD	AV	N

Proposta

1º	2º	3º	4º	5º	...	199º	200º	201º	202º	...	294
G	W	Y	AA	BW	EL	C	T	CA	BD	AV	N
							DR, LG				
							GW, KN				
							FT, CE				



Coordenação-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho  
e Relacionamento Interinstitucional - CGSAT/DPSSO/SPPS/MPS

## **Criação de um Grupo de Trabalho – GT para Análise/Formatação das Propostas**

30/10/2014 - Apresentação das Propostas ao CNPS

### **Reuniões do GT**

1º Reunião - 05/11/2014

2º Reunião - 12/11/2014

3º Reunião - 20/11/2014

4º Reunião - 15/12/2015

5º Reunião - 22/04/2015

6º Reunião - 28/05/2015

7º Reunião - 24/07/2015

8º Reunião - 26/08/2015



## Coordenação-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho e Relacionamento Interinstitucional - CGSAT/DPSSO/SPPS/MPS

Item	Proposta	Posicionamentos dos membros do GT		
		MPS	Empregadores	Trabalhadores, Aposentados e Pensionistas
1	Cálculo do FAP por Estabelecimento	De acordo	De acordo	Houve concordância no GT (Grupo de Trabalho), porém o assunto encontra-se em discussão nas Centrais.
2	Exclusão dos acidentes sem concessão de benefícios	De acordo	De acordo	Em discussão
3	Exclusão dos acidentes de trajeto	De acordo	De acordo	Em discussão
4	Exclusão do bloqueio de bonificação em caso de morte ou de invalidez	De acordo	De acordo	Discordam da exclusão do bloqueio.
			Em se mantendo o bloqueio, propõem que este se dê apenas para uma única vigência.	Entendem que poderão aceitar o bloqueio para uma única vigência.
			Propõem manter o desbloqueio, apontando a necessidade da definição de critérios objetivos de avaliação do meio ambiente do trabalho, assim como a segurança acerca da representatividade do sindicato que está realizando o desbloqueio.	Entendem que uma vez havendo o bloqueio, não haja desbloqueio para aquela vigência.
5	Exclusão da redução de 25% do FAP calculado na faixa <i>malus</i>	De acordo	Em discussão	De acordo
6	Exclusão do bloqueio de bonificação em caso de taxa média de rotatividade maior que 75%	De acordo	De acordo	Discordam
			Caso seja mantido o bloqueio, apontam que para o cálculo da rotatividade devam ser consideradas somente as rescisões por iniciativa do empregador.	Entendem que para o cálculo da rotatividade não sejam consideradas as rescisões por iniciativa do empregado.
			Propõem-se uma avaliação dos códigos de movimentação constantes no manual SEFIP que estão sendo considerados no cálculo do FAP.	
7	Alteração da regra de desempate das empresas no CNAE. Proposta de enfileiramento de posições ao invés de empresas.	Em discussão	De acordo	Em discussão